

Redes

CIBEC/INEP
B0012633

ANUARIOS DE EDUCAÇÃO E CULTURA



1.014
937r

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

RUMOS DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Conferência proferida pelo Ministro da Educação e Cultura, Ney Braga, na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, no dia 16/7/76.

~~MEC - DEF
Setor de Documentação e Divulgação
Brasília 25, 06 / 1979
Reg. 7305/79~~

 Departamento de Documentação e Divulgação
Brasília -- 1976

CL, PARA mim, um privilégio reiterado falar aos estagiários da Escola Superior de Guerra.

Ao desincumbir-me desta missão honrosa, reflito demoradamente sobre o quadro brasileiro na sua dimensão histórica. Na humildade de quem está consciente de que, a cada novo conhecer, vem um novo desconhecer, gostaria de propor-lhes, hoje, um pensar comum sobre os rumos da educação e da cultura em nosso País. O Brasil atual, num processo de consolidação nas várias áreas do saber e do conhecer, visa a uma educação orientada para a criação de uma sociedade fundada nos valores espirituais perenes, preservadas a identidade e a originalidade da cultura nacional, donde decorre a feição peculiar do homem brasileiro: democrata por vocação, espírito cristão por formação, amante da liberdade, solidário entre vontades que tendem ao objetivo condizente com as suas aspirações. Estes valores, sobre os quais já tivemos a satisfação de falar, no ano passado, nesta escola, são uma constante nesse rápido renovar do saber que se impõe sobre o processo educativo, dinamizando e renovando o sistema vigente, a fim de dar as mesmas oportunidades ao homem, para desempenhar o papel que lhe cabe na vida em sociedade, assegurando-lhe o direito de ser feliz. Sabemos que esta tarefa é difícil e que só daremos conta dela trabalhando conjuntamente, numa implantação gradativa. Sabemos também que esta tarefa executiva é absorvente. Vencer esse dia-a-dia é a condição fundamental para que os objetivos relevantes possam ser alcançados. E, sobretudo, é o passo inicial para as mudanças de profundidade, intervindo no estrutural, sem que sejamos detidos e desviados pelo circunstancial.

3

O homem contemporâneo vive em função do tempo e, podemos dizer, até aquém do tempo. A diferença crítica entre os homens do passado e os do presente resume-se numa palavra: transitoriedade. A humanidade se transforma em grande velocidade. A transitoriedade é a nova "temporariedade" de nossa vida cotidiana.

Hoje, o industrialismo pede um homem que tenha um novo conceito do tempo. A tecnologia do fu-turo requer não milhões de homens prontos a trabalhar em unísono em tarefas repetitivas, mas requer homens que possam formular julgamentos críticos. Por isso, "para vencer, a educação precisa ser conjugada no futuro do indicativo" (Alvin Toffler).

Neste processo de reflexão, não se pode partir de uma análise meramente local. Os problemas que desafiam hoje o governo das cidades têm dimensão maior do que as fronteiras do estado-nação. É a sobrevivência da humanidade que está em jogo. O que nos devemos propor, hoje, é compreender o mundo na sua grandeza humana. Crer na capacidade de raciocínio do homem, na força da inteligência e afirmar, conceitualmente, que a restauração do humanismo é o postulado essencial para impedir a submersão na escalada materialista. O objetivo da sociedade humana é, antes de tudo, o bem comum. E é em função desse bem comum que deve ser pensado o desenvolvimento dos elementos: homem, terra e instituição.

Delineando o conjunto de circunstâncias concretas que permitem ao homem viver em conformidade com a sua natureza, podemos definir o papel do estado e o seu fim social. Trata-se, sobretudo, de atribuir às pessoas humanas o seu verdadeiro lugar na construção da História.

Toda teoria política, especialmente se tratando da justificação da autoridade legal e do poder político, como contrário à liberdade individual, tem por base uma certa teoria da natureza do homem. O estado se origina na natureza corporal e espiritual do homem. A natureza, ou essência, é também fim da atividade do homem e de seu esforço. O estado político é, pois, necessário para a realização do fim do homem; o estado é disposição intencional da natureza humana (Rommen).

4

É este objetivo inserido na *Política Nacional Integrada da Educação* (p. 52): "Não são objetivos de educação domesticar a sociedade em função de ideologias desumanizantes, ou proporcionar um ensino de caráter ornamental, nem, pelo contrário, superespecializado a ponto de converter o homem num robô, programado para coisas específicas, sem um sentido maior do que o imediato. É objetivo da educação, ao contrário, criar agentes capazes de efetuar a obra de promoção do homem em comunidade".

À educação cabe mostrar os caminhos. A escola não é o fim, mas uma etapa contínua de nossas vidas. É a fase em que o ser humano, consciente de todas as suas faculdades e repleto de ideais e ilusões, busca a trilha que o leve a encontrar a função e a missão que desempenhará na sociedade. A educação é esta trilha. Ensinar a partir, a sair de si mesmo. "A vida não foi feita para ser guardada num cofre", diz João Cabral de Melo Neto. Cumpre decidir não rodar constantemente em torno de nós mesmos, como se fôssemos o centro do mundo. A função da educação é mostrar os vários caminhos, não o "caminho". Este, quando bem orientado, cabe a cada um descobrir por si mesmo, respeitados os valores espirituais perenes sobre os quais se funda a sociedade na qual vivemos.

Esta orientação básica é que motiva o Ministério da Educação e Cultura. Não se deseja proclamar o futuro. Deseja-se, isto sim, ganhar o presente para assegurar o amanhã. Como afirmou Fernando Pessoa, sem uma idéia do futuro não temos uma idéia do hoje, porque o hoje, para o homem de ação, é um prólogo do futuro. Diagnosticar os problemas, e, principalmente, curá-los. Para realizar esse objetivo, devemos compreender que o presente somos nós. E sabemos que estamos envolvidos no processo humano para construí-lo, em consonância com os nossos ideais. Esta construção diária tem, necessariamente, como matriz o desenvolvimento espiritual. Isto quer dizer valorizar o homem como pessoa. Na afirmação desta conduta reside a raiz democrática de nossa igualdade como pessoas humanas.

O Brasil não pode e não quer afastar-se destes caminhos essenciais. Como povo e como Nação, temos, nas nossas origens, um princípio ético que nos

5

inspira. Os valores maiores de nossa História deitam raízes na formação espiritual dos construtores da Pátria. Esta herança tem de ser perpetuada pelo nosso trabalho no presente, sob pena de sacrificarmos o nosso destino de grandeza.

A educação é a força motriz para realizarmos um projeto nacional, como o que está sendo executado neste instante. E a educação que ministramos é aquela que prepara o homem total, isto é, aquele capaz de cumprir os seus deveres de cidadão e contribuir, pela aquisição de conhecimentos específicos, para o desenvolvimento global da sociedade. Para tanto, faz-se mister conjugar três elementos básicos: educação, cultura e desportos, pois a educação que se exige é aquela que forma homens em sua integralidade, tão preocupados com os seus deveres quanto com os seus direitos.

Não se pretende, no entanto, esgotar a educação no estado e pelo estado. A família ocupa aí um papel essencial. E "não pode haver profunda vida de família onde os indivíduos só cuidam do seu gozo pessoal, abandonando seus deveres de pais, ou onde o estado, alargando sua esfera, de modo paternalista, entrega a instituições o cumprimento de tarefas que pertencem à família e às livres associações autônomas dos cidadãos na vida social" (Rommen).

O indivíduo, quando imerso em seu egoísmo, abandona suas responsabilidades, para entregar-se ao que seria, segundo um conhecimento empírico, o lazer, sem saber que o lazer representa o gozo da liberdade no uso do tempo. A tecnologia aplicada, entre outras atividades, à industrialização diminui cada vez mais o tempo obrigatório, libertando-o para o homem. Mas, por outro lado, o tempo vazio, sempre que não aproveitado, é fonte de desajustamentos pessoais e sociais. Por outro, a organização cultural do lazer faz da liberdade do tempo uma alegria, e não uma angústia.

Nós todos que temos responsabilidades no exercício das nossas atividades profissionais, e que as integramos em um quadro de referências que lhes dão sentido, sabemos que as necessidades em educação são sempre maiores que a nossa capacidade para superá-las a curto prazo.

6

Diante de tal evidência, perguntamos:

Por onde começar?

Qual o problema mais grave?

Quais as prioridades e como estabelecê-las?

Cabe aqui fazer pausa para uma reflexão adicional sobre a validade do esforço desenvolvido. Corresponde ela a uma indagação básica para um país como o nosso, com as dimensões territoriais e a complexidade sociocultural que ostenta e lhe marca, promissora mente.

Até que ponto o sistema educacional do País tem contribuído para eliminar ou reduzir disparidades sociais e regionais existentes?

O II Plano Nacional de Desenvolvimento fixou uma filosofia de governo: fê-lo, ao consagrar a tese de que é necessário realizar esforço especial para diminuir as desigualdades espaciais e sociais da distribuição de renda. E acolheu imagem consagrada, incorporando a filosofia de que não se pode esperar, indefinidamente, que as riquezas cresçam para num futuro remoto dividi-las. O que se impõe é reparti-las, eqüitativamente, ao longo do próprio processo de crescimento.

Estando efetivamente preocupados com os nossos deveres, sabemos que esta e outras indagações não nos desanimam. É possível e necessário fixar prioridades. É viável começar em todas as frentes. Nenhum problema é tão agudo que possa derrotar a vontade criadora do homem. Já se disse, e é verdade, que "o homem pode ser destruído, nunca derrotado" (Hemingway).

É com este pensamento que o Ministério da Educação e Cultura está realizando um trabalho sério e construtivo, nesta área que me coube gerir por escolha honrosa do Presidente Ernesto Geisel.

A rápida expansão dos sistemas educacionais em todos os níveis, desde o pré-escolar até à pós-graduação, realça o binômio qualidade e quantidade. A expansão corresponde a uma transformação qualitativa das aspirações do povo e da compreensão de que uma educação melhor corresponde tanto à realização pessoal de cada indivíduo como à ascensão da sociedade toda.

Fortalecendo o sistema educacional, reforçamos

7

a capacidade de gerar riquezas para a sociedade. Estas riquezas, por sua vez, aumentam a produção de bens e serviços que beneficiam toda a sociedade. Com isto queremos enfatizar que não é possível alcançar a justiça social sem a educação.

Essa razão revela que a busca do saber não guarda relação direta com o seu emprego utilitário, individualista ou materialista: da teoria à prática não devem existir diferenças radicais. Se as houver, a teoria é devaneio, e a prática, leviandade.

Nas vicissitudes do processo civilizatório, essas considerações têm que ser levadas em conta. É importante passarmos da luta pela conquista de uma sociedade afluyente para a concretização de uma comunidade ajustada socialmente, porque está fundada na justiça e na verdade.

O problema do ajustamento entre as necessidades do sistema educacional e os recursos disponíveis deve orientar-se pelos objetivos que o sistema busca realizar. Seu marco de referência deverá ser o papel social que, sobretudo, o graduado deverá desempenhar. Aqui, mais uma vez, nos defrontamos com a escolha ou conciliação entre a predominância do humano ou a predominância da técnica dele eventual e perigosamente dissociada. E, num segundo momento, com o tipo de profissional que se pretende preparar, sem perder de vista a margem de liberdade e de preferências individuais que deve ser resguardada para todos (*Política Nacional Integrada da Educação*, p. 33-4).

Nesse painel complexo da educação, devemos considerar que o fundamental é nivelar o quadro de acesso. Equilibrar a quantidade com a qualidade. Um aspecto a considerar, neste ponto, é o da fluidez entre diferentes níveis de ensino. Não perder de vista a demanda nacional gerada pelo desenvolvimento, nem a necessidade de impedir concentrações elitizantes, onde poucos sabem tudo, alguns sabem pouco, muitos não sabem nada.

Sendo a educação uma condição e, ao mesmo tempo, um acelerador do desenvolvimento, os países como o nosso, dentro de uma escala adequada, devem gerar a sua independência, na criação de condições próprias para a formação educacional do seu povo.



Isto está sendo realizado no Brasil.

Todos sabemos que, pelo recenseamento de **1940**, pouco excedíamos de 41 milhões de habitantes; a população escolar, em todos os níveis, situava-se levemente acima dos 2,7 milhões. Em 1975, éramos 107 milhões, dos quais 26,5 milhões compunham a população escolar. Esta cifra equivale a quase 25% da população total. Assim, em 35 anos, a nossa população multiplicou-se por 2,5, mas o alunado elevou-se quase dez vezes. Em 1940, apenas uma entre quinze pessoas estudava. Hoje, uma em cada quatro o faz. Neste cálculo não se está incluindo o contingente do MOBRAL.

Tendo em vista este quadro numérico, que reflete o impulso que vem sendo dado ao País, na área da educação, a primeira impressão é a de que se torna imprescindível um substancial aumento de recursos no setor. Isto vem sendo realizado com a possível aceleração. O incremento dos dispêndios federais em educação pode ser avaliado pelo crescimento de 5 vezes, em termos reais, no período 55/75. O que significa que, no ano anterior, aplicamos, aproximadamente, 50% reais cruzeiros por alunos do que há vinte anos, ou seja, quase 25% reais do que em 1963. Como indicador altamente positivo, vale notar que em 10 anos, de 1965 a 1975, os investimentos da União duplicaram.

Estes recursos permitirão atingir as metas do II Plano Setorial de Educação e Cultura, para o quadriênio 1975/1979, que visa possibilitar meios para alcançar a universalização do ensino do 1º grau, ao menos nas quatro primeiras séries, até 1980.

Todos sabemos que os recursos federais não esgotam o que o País gasta em educação. Os valores empregados pelo setor público federal são acrescidos pelos recursos aplicados pelos estados e municípios, assim como pelo setor privado. Medidas concretas foram e estão sendo adotadas para elevar os quantitativos.

Ressaltamos:

- a ampliação dos fundos de participação dos estados, Distrito Federal e municípios;
- a revisão do salário-educação;

9

- a criação do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), gerido pela Caixa Econômica Federal;
- a execução do Plano Nacional de Pós-Graduação;
- O Programa de Construção dos *Campi* Universitários;
- o reforço das verbas para a Operação Escola;
- a execução dos programas de apoio e estímulo ao ensino de ciências agrárias;
- a realização de programas especiais de suporte aos hospitais universitários.

O aumento destes recursos para a educação deverá continuar numa escala de progressão. Mas não basta apenas aumentar os recursos. É preciso aperfeiçoar, incessantemente, os processos administrativos de sua aplicação. Reduzir custos é um meio para obter um resultado maior. É indispensável tomar um conjunto de medidas para amalgamar o esforço de ensinar com o esforço de aprender. Modificar rotinas, modernizar procedimentos, dotar o educador de novos meios, instrumentos e conhecimentos, que lhe permitam agir sobre a matéria-prima e viver esta era, em sua plenitude. Amparar os professores, que são responsáveis pela formação e preparo das novas gerações, e que carregam sobre os ombros a responsabilidade de se adaptarem ao amanhã e alcançarem os melhores resultados desde hoje.

Nesta direção, o II Plano Setorial de Educação e Cultura reforçou a ação programada, nas seguintes áreas:

- *inovação e renovação do ensino*, de forma a atingir os objetivos de modernização e melhoramento qualitativo;
- *preparação de recursos humanos*, em que assumam relevância a expansão e melhoria dos cursos de pós-graduação; a elevação qualitativa do ensino e sua contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico; a capacitação de pessoal técnico e administrativo para alcançar os fins propostos;



- *expansão e melhoria da rede física*, a partir de um sistema nacional de construções escolares e de instalações desportivas, que permita eliminar os desequilíbrios entre as áreas rural e urbana, bem como inserir mudanças na concepção e no planejamento da estrutura escolar, em função das inovações curriculares e das necessidades do ensino;
- *planejamento e administração*, a fim de tornar eficientes as ações de caráter financeiro e técnico, assegurando a participação adequada das redes de ensino oficial e particular, na consolidação de um sistema nacional de planejamento integrado de educação;
- *ações de apoio*, que garantam a promoção e elevação do nível cultural e educacional do homem brasileiro.

São essas diretrizes básicas que orientam a ação do Ministério da Educação e Cultura, cujo esforço no setor educacional se completa no entrosamento com as áreas da cultura e do desporto.

Estamos seguros que somente uma nação culturalmente forte é capaz de não permitir o predomínio da mediocridade, porque forjou uma comunidade, com valores próprios, que têm perpetuidade histórica. Para tanto, é pressuposto indissociável da criação cultural que ela seja espontânea. Cabe ao estado estimular e apoiar a manifestação de indivíduos e grupos, pois a cultura é um modo de existência. É, conseqüentemente, peça ativa do desenvolvimento integrado. Logo, não é algo que possa ser "produzido" pelo estado, mas respeitado, amparado e incentivado por ele, cujos traços característicos também nela encontram as suas nascentes. Só tem sentido a cultura se nascer, voluntariamente, como exteriorização da vida interior de cada pessoa humana e de todas elas unidas no sistema de relações interpessoais e comunitárias. É esse o sentido e o alcance da Política Nacional de Cultura, aprovada pelo Presidente Ernesto Geisel.

Uma política de cultura, ou seja, uma política destinada para servir à cultura, deve levar em consideração a ética do humanismo e o respeito à espontaneidade de criação popular. Justifica-se tal enfoque co-



mo um conjunto de iniciativas governamentais, coordenadas pelas necessidades de ativar a própria criação cultural.

Esta noção se enquadra na vocação do estado democrático, que tem como ingredientes o controle e a responsabilidade. Provém daí o próprio conceito de liberdade. Tem liberdade quem é pessoalmente responsável. É livre a sociedade quando detém instrumentos de controle para proteger os seus membros de atentados ao exercício da liberdade responsável. É responsável todo aquele que faz da sua liberdade um instrumento posto a serviço do ser individual e do bem comum, indissolavelmente vinculados no mesmo e radical compromisso democrático.

Da mesma forma, o fortalecimento do sistema desportivo, como fórmula de promoção do homem, merece o apoio do estado.

Entende-se a educação física escolar como causa, e o desporto de alto nível como efeito, tendo o desporto de massa como intermediário.

Nestas circunstâncias, o ideal de relacionamento entre os três elementos é o de possibilitar o crescimento progressivo da escala e da qualidade das atividades físicas, organizadas de acordo com as potencialidades do País. É este o cerne do Plano Nacional de Educação Física e Desportos, recentemente aprovado, e que o Ministério está executando: desenvolver e aprimorar a aptidão física da população e racionalizar a ocupação do tempo de lazer. Este plano caracteriza-se pelo sentido de coerência com a política social do Governo, de modo a constituir-se em importante instrumento de promoção e melhoria dos padrões de aptidão física e saúde da população brasileira. Por outro lado, traduz a opção adotada para o modelo brasileiro de educação física e desportos, peculiar a uma sociedade democrática aberta, não somente respeitando a autonomia estadual e municipal, como, principalmente, preservando as entidades dirigentes nacionais dos desportos como entidades de direito privado.

Esta perfeita integração da educação, cultura e desporto constitui uma tríplice projeção do trabalho deste Ministério, no Governo do Presidente Ernesto Geisel, para efetivar a prioridade com a área social.

Conscientes da responsabilidade que nos cabe,

12

podemos assegurar-lhes que o nosso caminho está traçado e será seguido.

E é isto que espero ter aqui transmitido: o MEC sabe o que quer, tem uma diretriz, e a está realizando. Os obstáculos estão sendo transpostos, com firmeza e determinação.

Temos uma missão, um destino a cumprir. Confiamos nele.

VIMOS o esquema teórico que informa todo o trabalho do Ministério da Educação e Cultura. Sem dúvida, não se pode dispensar a montagem das diretrizes fundamentais que estão presentes em todos os atos praticados. Não fosse assim, o risco da improvisação seria muito grande. Como dissemos antes, e convém repetir, a *Política Nacional Integrada da Educação*, a *Política Nacional de Cultura* e a *Política Nacional de Educação Física e Desportos*, que os Senhores irão receber, definem, com nitidez, os rumos da ação do Ministério, e, portanto, cada passo dado está integrando um conjunto com objetivos definidos.

Seria necessário fazer, desde logo, um destaque importante.

Dentro da estrutura federal acolhida por nossa Constituição, dois sistemas compõem o processo educacional: o federal e o estadual. Ao lado destes, temos a permanente colaboração da rede privada.

O que compete ao sistema federal é disciplinar, por diretrizes e bases, o processo educacional. Com uma presença ao nível de execução no ensino superior, execução altamente descentralizada pelo princípio da autonomia universitária, a União atua supletivamente no ensino de 1º e 2º graus. Nestes, a responsabilidade executiva é dos estados e municípios. Não se pode pretender violentar essa posição autonômica dos estados e municípios por duas razões principais: 1) a inconveniência da centralização em uma realidade diferenciada como a nossa; 2) a utilização dos recursos estaduais e municipais dentro do planejamento adequado às condições locais.

Mas essa dicotomia não significa que o Ministério deixe de participar com prioridades definidas em suporte ao trabalho dos estados e municípios. É nesse

13

sentido que os Senhores vão ouvir referências ao crescente aumento de recursos, repassados pelo Ministério, para o ensino de 1º grau. Nós temos o dever de estabelecer as diretrizes e bases. Mais ainda, temos de fixar as prioridades para a concessão de recursos e assistência técnica. Mas os estados e municípios respondem pela execução, sem que lhes falte nesta etapa o apoio e a colaboração do Ministério. E esta colaboração não vem exclusivamente sob a forma de recursos financeiros ou assistência técnica. Manifesta-se pela distribuição de livros didáticos, material escolar e alimentação.

Feitas as observações sobre as responsabilidades dos sistemas, vamos analisar a concretização do esquema teórico que deixamos claro na primeira parte. Vale dizer, queremos que os Senhores conheçam o que está sendo feito.

É na compatibilidade entre os postulados fundamentais e a prática que se pode medir a eficácia daqueles.

Preliminarmente, o Ministério, no seu planejamento e no traçado dos rumos básicos, tem em vista o mercado de trabalho, e, via de consequência, a qualidade do profissional que nele ingressa. Considerando esse aspecto relevante, o Ministério tem realizado diversos levantamentos de situação. Com base neles é que tem sido orientada a política de incentivo à formação de pessoal qualificado em certas áreas. Vale assinalar o trabalho no setor de energia, todo ele realizado em ampla coordenação com o Ministério das Minas e Energia. Na mesma linha está a recentíssima criação do *Centro de Educação Tecnológica da Bahia*. O mesmo deve ser dito com relação ao firme apoio aos setores de ciências agrárias e enfermagem.

Veja-se que a posição do Ministério é de controlar objetivamente a criação de novos cursos. Por aí será possível, com certo prazo de maturação, evitar o desequilíbrio entre o elenco de profissionais graduados e as vagas do mercado de trabalho.

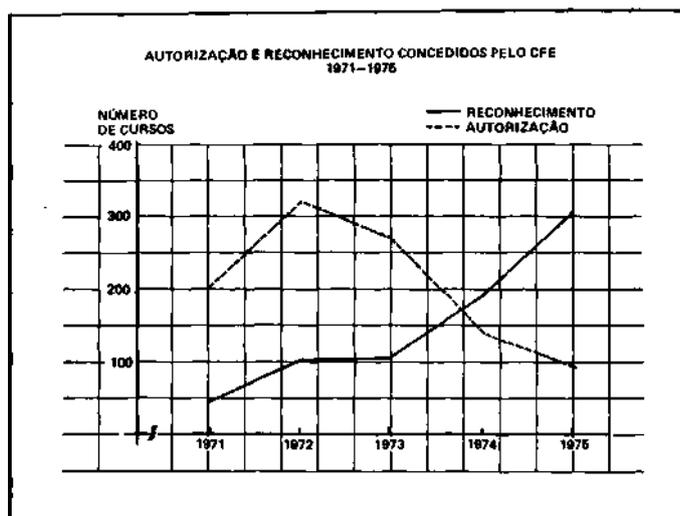
Todas as providências nesse sentido levam, na devida conta, o direito pessoal de escolha da profissão. Mas, nesse ponto, já está implícita na opção a responsabilidade que possa advir na futura absorção profissional.

Quero fazer, agora, uma referência especial ao problema de qualidade de ensino. Temos lido e ouvido muitas críticas sobre o assunto. Há grande injustiça na colocação de muitos críticos. Generalizar a deficiência não condiz com a própria realidade do ensino brasileiro. É, mesmo, um insulto aos estudantes e professores que trabalham anonimamente nas nossas universidades. Temos ainda instituições de ensino superior que não atingiram o nível de qualificação desejado. Mas outras há que são centros de excelência reconhecidos internacionalmente. Não vejo por que aceitarmos a generalização que é desmentida por tantos fatos. A faixa etária de pessoal hoje em posição de comando na vida brasileira é muito jovem. A maior parte saída das nossas universidades. Todos dando uma contribuição decidida para o desenvolvimento do País.

Colocada corretamente a matéria, vamos verificar que o sistema universitário brasileiro sofreu, a partir de 1964, vigorosa remodelação. O objetivo principal na primeira etapa foi o de estabelecer um ponto de equilíbrio entre a oferta de vagas e a demanda social. Esse objetivo foi alcançado pelo crescimento quantitativo do sistema.

É sabido que o crescimento quantitativo, mesmo acompanhado de providências destinadas a reforçar a infra-estrutura acadêmica e administrativa, ocasiona problemas qualitativos.

A segunda etapa, a que estamos vivendo, está focada para superar as deficiências ocorridas — e previstas — com o aumento de vagas. É preciso reconhecer que esses problemas relativos à qualidade não são solúveis com um passe de mágica. Não podemos preparar um professor em poucos meses. O que desejamos deixar bem claro é que estamos plenamente conscientes desse fato. E não estamos parados. Ao contrário, as providências já adotadas estão surtindo efeito com rapidez. E essas providências não serão modificadas porque críticos apontam exemplos anedóticos em uma sala de aula de uma das universidades brasileiras, entre 59, tendo como personagem um aluno, entre cerca de 1 milhão.



AUTORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO CONCEDIDOS PELO CFE-1971/1976		
ANO	AUTORIZAÇÃO	RECONHECIMENTO
1971	201	49
1972	320	103
1973	272	109
1974	141	189
1975	86	317
1976*	39	184*
* 1º semestre.		

Os Senhores podem verificar, pelo quadro que passo a mostrar-lhes, que já foi detido o processo de autorização de novos cursos. Há acentuado decréscimo com relação ao índice dos reconhecimentos. Isso significa que estamos dando ênfase em apoiar e melhorar as condições existentes, e, conseqüentemente, ampliar os meios para a elevação do nível de ensino ministrado.

Por outro lado, o Plano Nacional de Pós-Graduação vem sendo desenvolvido para preparar docentes universitários que irão ter efeito multiplicador dentro das nossas instituições de ensino.

Objetivamente, o Ministério está promovendo

16

aprimoramento da qualidade com a abertura do leque de recursos alocados às nossas universidades. Mas não só a elas. Também ao ensino de 1º grau, que é a base. E disso nós estamos conscientes.

Todo o esforço que está sendo realizado, como acentuei antes, procura evitar a pura e simples elitização do ensino. E seria muito fácil corrigir problemas complexos com soluções radicais de alto custo social. Mas, pergunto, seria justo?

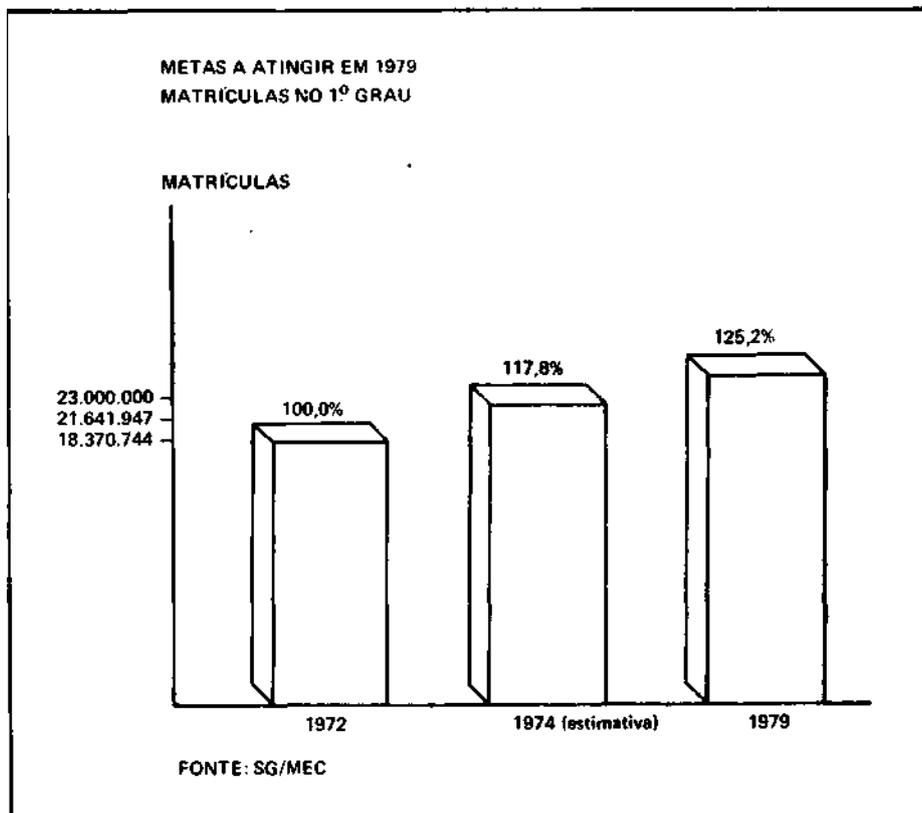
Creio que, honestamente, todos podemos concordar em um ponto essencial: o Ministério da Educação e Cultura está acionando todos os instrumentos disponíveis para encontrar as soluções necessárias com possibilidades de execução e sucesso.

E o Ministério não se esquece concretamente que envolvendo todo o problema da preparação de quadros para o desenvolvimento está a necessidade de formar o homem integral. O homem que o Brasil precisa para acionar os meios que garantem a continuidade do nosso crescimento econômico, de par com a justiça social, que lhe dá sentido.

ANEXOS

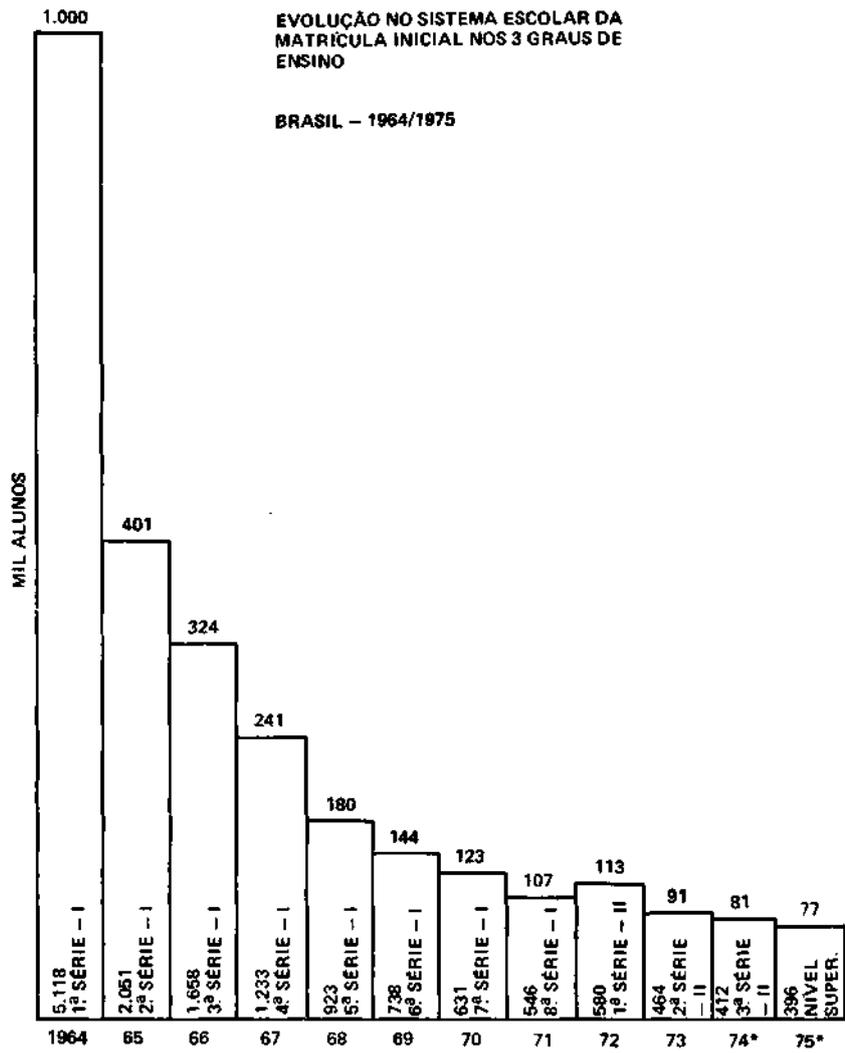
ENSINO DE 1º GRAU TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO - 1964/1979 (EM MILHÕES)			
ANOS	TOTAL DA POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL (A) (7 A 14 ANOS)	TOTAL DA POPULAÇÃO ESCOLARIZANDA (B) (7 A 14 ANOS)	(B/A)
1964	16,3	8,6	53,1
1974	22,0	18,9	86,1
1979(1)	25,5	23,0	90,0

FONTE -SEEC/SG/MEC
(1) PREVISÃO PSEC - 1975/79



EVOLUÇÃO NO SISTEMA ESCOLAR DA
MATRÍCULA INICIAL NOS 3 GRAUS DE
ENSINO

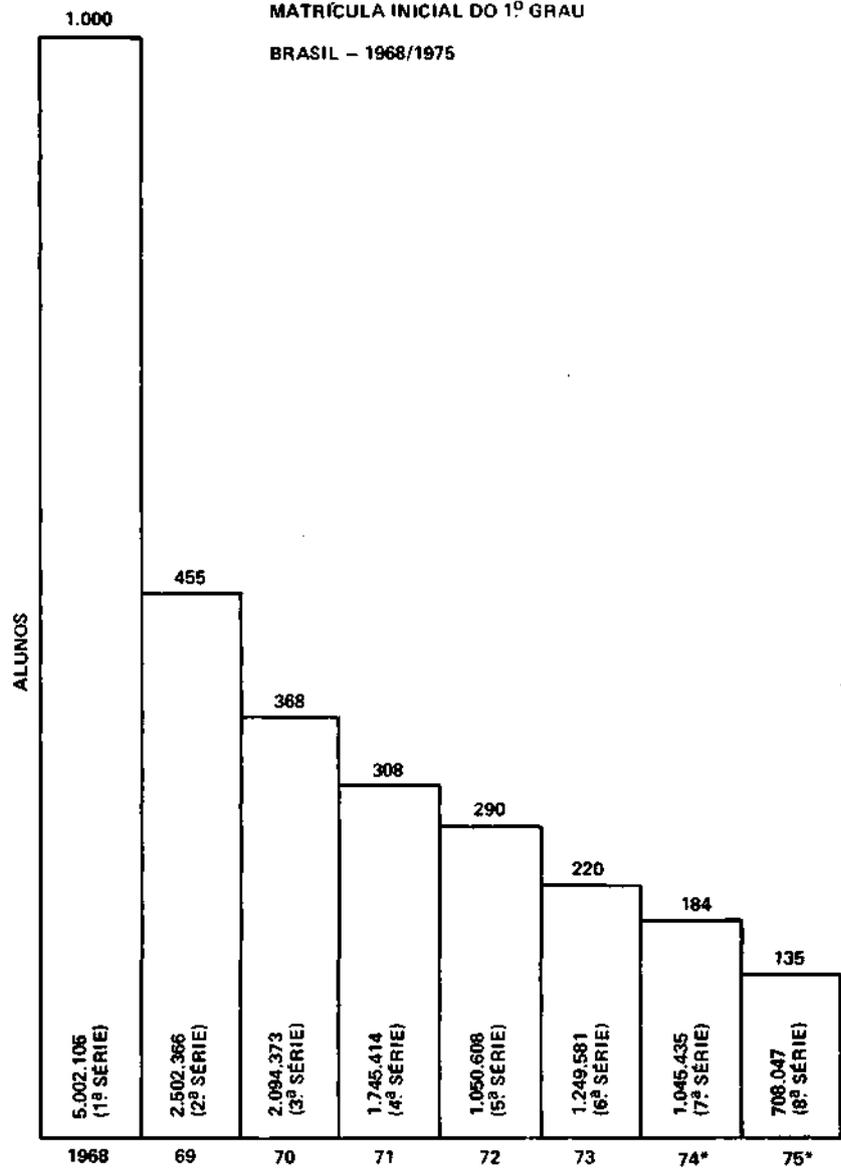
BRASIL - 1964/1975



FONTE - SG/MEC

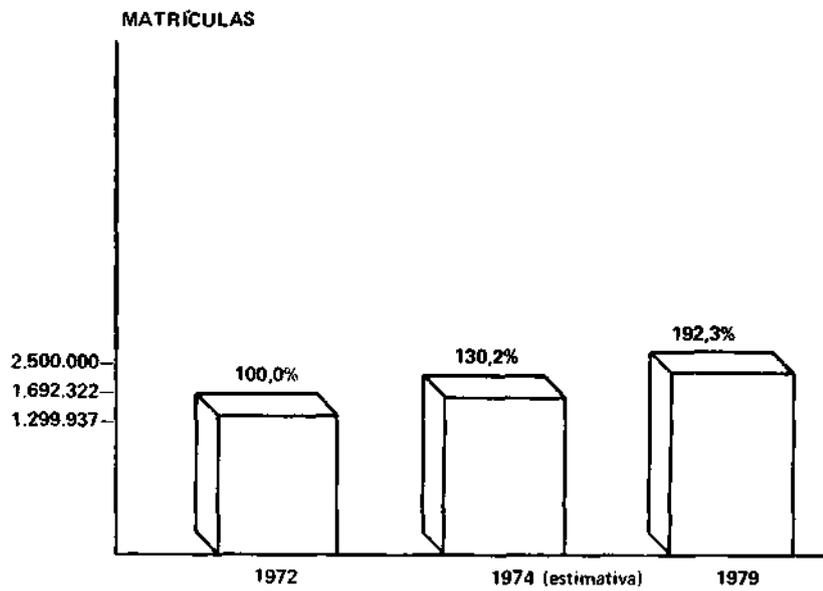
* DADOS ESTIMADOS

EVOLUÇÃO NO SISTEMA ESCOLAR DA
MATRÍCULA INICIAL DO 1º GRAU
BRASIL - 1968/1975



FORNE - SG/MEC
*DADOS ESTIMADOS

**METAS A ATINGIR EM 1979
MATRÍCULAS NO 2º GRAU**



Fonte: II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

CURSOS DE CURTA DURAÇÃO PROGRAMADOS PARA 1976

(EM FASE DE IMPLANTAÇÃO)

REGIÃO	ÁREA	VAGAS	RECURSOS FINANCEIROS (Cr\$)
NORDESTE ..	TECNOLOGIA E AGRÁRIA	80	700.000
SUDESTE	TECNOLOGIA E SAÚDE	120	900.000

PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO - METAS 75/76

META 1 - TITULAÇÃO DE MESTRES E DOUTORES NO PAIS

AREAS	MESTRES					TOTAL 1975/79
	1975	1976	1977	1978	1979	
1. EDUCAÇÃO	150	150	200	250	300	1.050
2. FISICA, MATEMÁTICA, QUIMICA, GEOCIÊNCIAS E OUTRAS CIÊNCIAS EXATAS .	550	600	700	800	950	3.600
3. CIÊNCIAS BIOLÓGICAS _____	350	400	450	500	600	2.300
4. SOCIOLOGIA, ANTROPOLO GIA, CIÊNCIA POLITICA, HISTORIA, GEOGRAFIA, FILOSOFIA, PSICOLOGIA, ECONOMIA E OUTRAS CIÊNCIAS SOCIAIS	300	350	450	600	800	2.500
5. ENGENHARIA						2.150
6. MEDICINA ODONTOLOGIA, FARMACIA, NUTRIÇÃO E OUTRAS PROFISSÕES DA SAÚDE	250	300	400	500	700	1.650
7. ADMINISTRAÇÃO, DIREITO, COMUNICAÇÃO, ARQUITETU RA, URBANISMO, BIBLIOTE CONOMIA E OUTRAS PROFISSÕES SOCIAIS	200	250	300	400	500	1.400
8. AGRONOMIA, VETERINARIA, TECNOLOGIA DE ALIMEN TOS, ENGENHARIA DE FLORESTAS, DE PESCA E OUTRAS PROFISSÕES AGROINDUSTRIAIS.....	200	200	250	250	300	1.200
9. LETRAS E LINGÜISTICA	150	150	200	200	250	950
TOTAL						16.800
TOTAL	2.300	2.600	3.200	3.850	4.850	DOUTORES 1.400

META II - AMPLIAR E EFETUAR A CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO PAIS, PASSANDO DE 7.000 PARA CERCA DE 11.700 VAGAS ANUAIS DE MESTRADO E DE 500 PARA CERCA DE 1.200 VAGAS ANUAIS DE DOUTORADO, AO DE QUINQUÊNIO

DISPÊNDIOS EM EDUCAÇÃO - 1965/1974 - VALORES DEFLACIONADOS Cr\$
1.000,00 de 1975

ANOS	UNIAO (TESOURO) (a)	ESTADOS + DF (b)	OUTRAS FONTES (c)	MUNICI- PIOS (d)	DISPÊNDIOS FEDERAIS (e = a+c)	DISPÊNDIO S EST. E MUN. (f = b+d)	SETOR PÚBLI- CO (g = e+f)
1965	3.280.780	4.956.887	—	830.534	3.280.780	5.787.422	9.068.202
1966	3.435.454	5.460.485	-	1.034.520	3.435.454	6.495.006	9.930.461
1967	2.731.307	6.613.213	-	1.299.482	2.731.307	7.912.696	10.644.004
1968	3.197.872	7.281.333	-	1.859.271	3.197.872	9.140.605	12.338.477
1969	3.671.944	8.962.008	-	2.434.106	3.671.944	11.396.114	15.068.059
1970	3.563.683	9.308.328	15.215	2.068.160	3.578.899	11.376.490	14.955.389
1971	3.383.140	10.531.152	220.183	2.332.013	3.603.324	12.863.167	16.466.490
1972	4.245.570	12.442.206	795.591	2.110.787	5.041.162	14.552.993	19.594.155
1973	5.201.996	14.683.196	947.150	2.434.848	6.149.147	17.118.044	23.267.191
1974	5.498.688	15.997.450	1.075.650	2.690.484	6.574.338	18.687.934	25.262.272

Fonte - UnB/MEC, Quadro n? 1

- OBS.: (1) Valores corrigidos monetariamente a preços de 1975 estimados com base no índice geral de preços e taxa de crescimento do produto real, da revista *Conjuntura Econômica*, vol. 30 — nº 3, março de 1976.
- (2) As diferenças observadas nas somas das colunas e, f e g são devidas às aproximações no deflacionamento direto das colunas.

RELAÇÃO DISPÊNDIOS EM EDUCAÇÃO/POPULAÇÃO - 1965/74 Cr\$ DE
1975

ANO	POPULAÇÃO TOTAL (1)	POPULAÇÃO IDADE ESCOLAR (2) (5/24 anos)	DISPÊNDIOS FEDERAIS Cr\$ 1.000,00	DISP. SETOR PÚBLICO Cr\$ 1.000,00	POPULAÇÃO TOTAL		POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR	
					DISPÊNDIOS FEDERAIS <i>Par capita</i>	DISP. SETOR PÚBLICO <i>Par capita</i>	DISPÊNDIOS FEDERAIS <i>Par capita</i>	DISP. SETOR PÚBLICO <i>Par capita</i>
1965	80.733.702	38.017.500	3.280.780	9.068.202	40,64	112,32	86,30	238,53
1966	83.074.980	39.120.008	1435.454	9.930.461	41,35	119,54	87,82	253,85
1967	85.484.154	40.254.488	2.731.307	10.644.004	31,95	124,51	67,85	264,42
1968	87.963.195	41.421.868	3.197.872	12.338.477	36,35	140,27	77,20	297,87
1969	90.514.127	42.623.102	3.671.944	15.068.059	40,57	166,47	86,15	353,52
1970	93.139.037	43.857.715	3.578.899	14.955.389	38,43	160,57	81,60	341,00
1971	95.993.400	45.203.292	3.603.324	16.466.490	37,54	171,54	79,71	364,28
1972	98.690.200	46.473.215	5.041.162	19.594.155	61,08	198,54	108,47	421,62
1973	101.432.600	47.764.611	6.149.147	23.267.191	60,62	229,39	128,74	487,12
1974	104.243.300	49.088.169	6.574.338	25.262.272	63,07	242,34	133,93	514,63

Fonte: UnB/MEC, Quadro nº 2, e IBGE, *Anuários Estatísticos*

OBS.: (1) Os dados referentes aos anos 1971/74 são estimados pelo IBGE, constantes do *Anuário Estatístico* de 1975.

Os dos anos anteriores foram estimados com base na taxa média anual de crescimento do período inter censitário 1960/70

(2) Dados estimados, mantida a mesma relação verificada no censo de 1970.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)